



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL

CNPJ Nº 34.046.722/0001-07

Despesas financeiras	2016	2015
Varição cambial passiva	(240.684)	(41.179)
Despesas bancárias	(151.286)	(204.280)
Juros e IOF	(142.915)	(220.693)
Descontos concedidos	(32.576)	(20.071)
	(567.461)	(486.223)
	943.364	3.178.506

39 - seguros (não auditado): A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **40 - Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Risco - Considerações gerais:** A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O principal controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratas versus as condições vigentes no mercado. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos no transcorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. O quadro abaixo apresenta a composição, por categoria, dos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Mensuração	Valor Contábil	
		2016	2015
Ativos financeiros disponível para venda			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo	9.493.802	17.456.828
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber	Custo amortizado	18.350.346	33.099.067
Federações nacionais	Custo amortizado	87.631	152.248
Federações internacionais	Custo amortizado	8.150	1.187.205
Clubes nacionais	Custo amortizado	21.000	35.000
Total de ativos financeiros		27.960.929	51.930.348

	Mensuração	Valor Contábil	
		2016	2015
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Convênios	Custo amortizado	7.251.969	15.106.282
Fornecedores	Custo amortizado	2.035.383	2.685.914
Provisões com pessoal	Custo amortizado	2.016.541	1.776.623
Provisões de despesas	Custo amortizado	1.446.571	621.114
Contas a pagar	Custo amortizado	719.278	934.129
Total de passivos financeiros		13.469.743	21.124.062

Os saldos contábeis apresentados para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são aproximações razoáveis ao valor justo na data das demonstrações contábeis. **Estrutura de gerenciamento de risco:** As operações financeiras da Entidade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: ✓ Risco de Mercado; ✓ Risco de liquidez; ✓ Risco de crédito. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Entidade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Entidade de estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Entidade foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Entidade está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** A Entidade possui exposição a um único risco de mercado, sendo este o risco de juros. O Risco de taxa de juros decorre da possibilidade da Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Entidade era:

Instrumentos de taxa variável - CDI Aplicações Financeiras	Nota	Valor contábil	
		2016	2015
	3	1.726.813	2.573.386
		1.726.813	2.573.386

As operações com exposição ao CDI são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Administração entende que as análises de sensibilidade para os instrumentos financeiros sujeitos a risco de juros não são representativas do risco inerente de instrumentos financeiros. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. **41 - Eventos Subsequentes:** O Banco do Brasil renovou por mais quatro anos o contrato de patrocínio com a Confederação Brasileira de Vôlei - CBV. Essa parceria estenderá após os Jogos de Tóquio-2020 que terá o valor de R\$ 218 milhões para a instituição financeira do governo federal, que representa uma redução de 34% em relação ao contrato anterior. No início de 2017, a CBV (Confederação Brasileira de Vôlei) anunciou a Asics do Brasil Comércio de Artigos Esportivos Ltda, como a nova fornecedora de material esportivo de todas as seleções brasileiras, incluindo as equipes de quadra e praia. O novo contrato é válido até a Olimpíada de Tóquio, em 2020, com possibilidade de renovação por mais um ciclo olímpico. A Asics entra no lugar da Olympikus, que era a parceira oficial do vôlei desde 1998. Essa nova parceria também está mencionada na nota explicativa 9.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV	
WALTER PITOMBO LARANJEIRAS	LUCIANA DE OLIVEIRA DA SILVA
Presidente	Contadora
CPF 003.589.324-91	CRC RJ - 096121/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Confederação Brasileira de Voleibol e em conformidade com a legislação vigente, apresentamos à insigne Assembleia Geral, para apreciação e aprovação o nosso parecer relativo ao exercício de 2016 encerrado em 31 dias do mês de dezembro. Após minucioso exame dos documentos econômicos, financeiros e patrimoniais e a nós encaminhados pela diretoria da Entidade, todas as Notas Explicativas e necessárias aos documentos citados acima, constatamos a perfeita ordem e correção dos mesmos, bem como a exatidão de todos os lançamentos contábeis, o que engrandece o trabalho apresentado pelos responsáveis por sua execução. Apreciamos também o parecer dos auditores independentes, sem ressalvas e datado em 23 de fevereiro de 2017. Assim sendo, os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal da Confederação Brasileira de Voleibol, reconhecem e atestam a precisão do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstrações das mutações do Patrimônio social, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações contábeis do exercício de 2016, apresentado e, propõem a sua integral aprovação, com voto de louvor. Rio de Janeiro, 08 de março de 2017. **Sr. Kennedy Davidson Pinaud Calheiros**, Presidente do Conselho Fiscal. **Sr. Paulo Sérgio de Oliveira**, Membro Efetivo do Conselho Fiscal. **Sr. Miguel Angelo Gameleira Vaz**, Membro Efetivo do Conselho Fiscal. **Sr. Marcello Arion Lassen Cordeiro**, Membro Suplente do Conselho Fiscal.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da Confederação Brasileira de Voleibol - CBV Rio de Janeiro - RJ - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Voleibol - CBV ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Voleibol - CBV em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** A Entidade não vem recebendo de suas federações filiadas as prestações de contas dos repasses financeiros realizados em 2016 efetuados a título de apoio operacional no montante de R\$2.121 mil. Nossa opinião não está modificada em relação a este tema. **Outros assuntos. Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 17 de fevereiro de 2016 contendo parágrafo de ênfase referente a auditoria da Controladoria Geral da União - CGU sobre uma série de denúncias ligando ex-dirigentes da Confederação Brasileira de Vôlei - CBV relacionadas ao recebimento de recursos oriundos dos contratos de patrocínio do Vôlei de Praia e de Quadra com o Banco do Brasil S.A.. No Banco do Brasil S.A. a auditoria da CGU teve como escopo os controles internos existentes no processo de concessão e acompanhamento

dos patrocínios com a CBV, tendo como principais recomendações o estabelecimento nos contratos de patrocínios com a Entidade da obrigação em regulamentar suas contratações, estabelecendo padrões de governança. Na CBV o foco da auditoria recaiu sobre a contratação de empresas prestadoras de serviços para Entidade com partes relacionadas entre o período de 2010 a 2013 e na análise dos documentos enviados. Naquela época grande parte das medidas sugeridas pela CGU foram implementadas. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de

distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017



Mário Vieira Lopes
Contador - CRC - RJ 60.611/O



CONCERTOS DE VERÃO 2017

JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO



www.musicanomuseu.com.br
facebook / musicanomuseufan



REHAFAIR

Feira Internacional de Tecnologias Assistivas, Empregabilidade e Esporte Adaptado

27 a 29
ABRIL
2017
13h00 às 20h00

TODOS OS ANOS ÍMPARES



Venha para o Planeta das Soluções

Local em São Paulo
Pavilhão Principal do Anhembi



Av. Olavo Fontoura, 1209

VISITAÇÃO GRATUITA

FAÇA O SEU CREDENCIAMENTO ON-LINE
www.rehafair.com.br

Realização



www.rehafair.com.br
(11) 2730-0522 | contato@rofereventos.com.br

